

ATA DA OCTOGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 31-8-2017.

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Cassio Trogildo, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Luciano Marcantônio, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rafael Bernardo de Oliveira, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 248/17 (Processo nº 2229/17), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 245/16 (Processo nº 2467/16), de autoria de Marcelo Sgarbossa; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 232/17 (Processo nº 2119/17), de autoria de Paulinho Motorista. Ainda, foi apregoado Requerimento de autoria de Sofia Cavedon, deferido pelo Presidente, solicitando desarquivamento do Projeto de Lei do Legislativo nº 298/15 (Processo nº 2959/15). A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Angelita Laipelt Matias, do Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª Região, que discorreu sobre obesidade infantil. Na ocasião, o Presidente convidou Glaube Riegel, Presidenta do Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª Região, a integrar a Mesa dos trabalhos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Tarciso Flecha Negra. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell, Paulinho Motorista e Márcio Bins Ely manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta minutos às quatorze horas e cinquenta e um minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Rodrigo Maroni e Cassiá Carpes, este em tempo cedido por Reginaldo Pujol. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Adeli Sell. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Moisés Maluco do Bem, Aldacir Oliboni e Moisés Maluco do Bem. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Emenda à Lei Orgânica nºs 007 e 011/17; o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/17, este discutido por Sofia Cavedon e Cassiá Carpes, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 094, 212, 214, 221, 228, 229 e 247/17 e os Projetos de Resolução nºs 037 e 041/17; em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 197 e 202/17, os Projetos de Lei do Executivo nºs 009 e 010/17 e o Projeto de Resolução nº 043/17. Também, foram registradas as presenças de João Motta, ex-vereador deste Legislativo, e de Mauro Bobato, vereador de Curitiba – PR. Às quinze horas e cinquenta e um minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima

sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Mauro Pinheiro e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do ex-Vereador e ex-Presidente desta Casa, João Motta. Seja muito bem-vindo!

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª Região/RS, que tratará de assunto relativo à obesidade infantil. Convido a Sra. Glaube Riegel, Presidente, para compor a Mesa. A Sra. Angelita Matias, representando o Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª Região/RS, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. ANGELITA MATIAS: Em nome do Conselho Regional de Nutricionistas, agradeço o espaço para que a gente possa, então, conversar um pouco a respeito da obesidade infantil.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. ANGELITA MATIAS: O Conselho Regional de Nutricionistas está composto por 8.143 nutricionistas e 1.226 técnicos em nutrição e dietética. O CRN-2 fica localizado no Rio Grande do Sul. Nós fazemos parte de um sistema federal de nutrição. Qual é a nossa missão? Promover a saúde, o direito humano à alimentação adequada por meio de normatização, orientação e fiscalização do exercício profissional da nutrição no Estado do Rio Grande do Sul. O Brasil é um dos principais apoiadores da agenda de nutrição adotada pela ONU, que é chamada de Década da Nutrição. Nós estamos nos propondo a assegurar o acesso universal a dietas mais saudáveis e sustentáveis. Mais da metade da população da América Latina está com excesso de peso.

O que é importante a gente salientar nos últimos anos? Nós, brasileiros – Porto Alegre também está incluída, obviamente – reduzimos o consumo dos alimentos básicos, como a gente chama o nosso arroz com feijão, e passamos a consumir grande quantidade de alimentos ultraprocessados. Grande quantidade de quê? De açúcar, de sal e de gordura. Isso faz, conseqüentemente, com que aumente o peso da nossa população. Nós estamos com uma epidemia de obesidade. A ingestão de alimentos ultraprocessados já começa nos primeiros anos de vida. Sabe-se que 40,5% das crianças menores de cinco anos consomem refrigerante, e 60,8 menores de dois anos comem biscoitos e bolachas. O que a gente viu em 2009 na pesquisa nacional de aleitamento materno? Que até com menos de um ano já estava sendo oferecido refrigerante para as

crianças e bolachas e biscoitos recheados, com alta quantidade de açúcar e gordura trans. Com menos de um ano. Isto é algo que a gente tem muito a se preocupar, e o que podemos estar fazendo para prevenir isso, sendo que o Ministério da Saúde preconiza que para crianças menores de dois anos não se deve oferecer nenhum tipo de alimento com quantidade de açúcar. Mas a metade dos nossos brasileiros está com excesso de peso. A gente tem 59,8 com excesso de peso, para mulheres, 57,3 para adultos, 22,2 para mulheres obesas, e 17,5 para homens obesos. São dados bem alarmantes. Uma em cada três crianças brasileiras apresenta excesso de peso; 8,4% dos adolescentes brasileiros estão obesos.

A década da ação sobre a Nutrição. O Brasil é um dos primeiros países a assumir o compromisso para a redução da obesidade. Quais são esses compromissos que nós estamos assumindo? Deter o crescimento da obesidade da população adulta até 2019, por meio de políticas intersetorias de saúde e segurança alimentar e nutricional. Reduzir o consumo regular de refrigerantes e sucos artificiais. Então reduzir o consumo regular em 30% na população adulta até 2019. O que é importante nós salientarmos? Por que será que o Ministério traz a questão da população adulta? Quem hoje educa os nossos filhos são os adultos. Então o que se quer é conscientizar a população adulta para que a gente consiga fazer com que esses educadores que inicia na família e da escola, para a escola e toda sociedade, possam, cada vez mais educar as nossas crianças para que possam então ingerir alimentos mais saudáveis. Aumentar em 17,8% o consumo de frutas e hortaliças regularmente. Ações para a redução da obesidade. O que é importantíssimo, que nós salientamos? A promoção do aleitamento materno. Hoje o Ministério da Saúde preconiza que o aleitamento materno tem que ser até os dois anos ou mais, e exclusivo até o sexto mês. O que o aleitamento materno pode estar colaborando para a questão da obesidade em crianças? Quando a gente mantém o aleitamento materno até dois anos ou mais, faz com que os alimentos sejam oferecidos na idade oportuna evitando a obesidade. E o que acontece em decorrência disso? A criança em aleitamento materno vai ter menos alergias, menos “ites”: otite, sinusite, renites; fazendo com que ocorra, digamos assim, menos acesso às unidades de saúde, às equipes de unidade de saúde para tratamento. Melhora a qualidade de vida, reduz a obesidade e reduz também os riscos de mortalidade prematura. A educação nutricional nas diversas instâncias é importantíssima; creche, pré-escola, escola e família. É importante que todos esses níveis da sociedade sejam trabalhados. Outro item que consideramos superimportante é o programa de Saúde na Escola e o Programa Academia da Saúde. São programas intersetorias importantes e fazem com que se possa trabalhar a proteção, promoção e prevenção da saúde. A merenda escolar deve seguir princípios da alimentação saudável e adequada. O Guia Alimentar para a População Brasileira, que estimula o consumo de alimentos *in natura*, precisa ser trabalhado e ele é um dos nossos guias, como nutricionistas, para trabalhar com a comunidade, com a sociedade. O Guia Alimentar traz o que é muito importante que é a Regra de Ouro. O que é a Regra de Ouro? Eça traz o seguinte: consuma alimentos *in natura* ou minimamente processados e evite os alimentos ultraprocessados. Os alimentos ultraprocessados são os alimentos industrializados com alta quantidade de gordura, lipídio como eu já falei, sal,

açúcares o que com que o ser humano ingira menos alimentos saudáveis e passe a consumir então o alimento em caixinha, o alimento industrializado. E isso é uma das principais ações em que a gente precisa trabalhar do Guia Alimentar. Esse Guia tem que ser trabalhado por todos os profissionais de saúde principalmente por nós, profissionais nutricionistas. Por que ele é importante? Porque ele faz o resgate da alimentação saudável, o resgate ao nosso feijão com arroz. Ações que podem ser feitas: promoção, proteção e apoio à alimentação saudável, evitando doenças crônicas não transmissíveis como obesidade, diabete, hipertensão, dislipidemias, doenças cardiovasculares, câncer, entre outras. Porto Alegre tem como primeira causa de mortalidade as doenças do aparelho circulatório, as quais estão diretamente relacionadas não só a questões genéticas, mas a questões de como nós estamos nos alimentando. Em primeiro lugar, em Porto Alegre, o câncer, em segundo doenças, do aparelho circulatório. Alguns tipos de câncer estão diretamente relacionados ao tipo de alimento que se está ingerindo e a quantidade de agrotóxico que esse alimento possui, é algo que precisa ser trabalhado. Aí, nós, como nutricionistas, trabalhamos muito com a questão do que é alimento de verdade, o direito humano à alimentação. O que está tramitando, que é importante, é a regulamentação e regulação dos alimentos ultraprocessados. Hoje, já está sendo feita pelo Ministério da Saúde essa discussão que é importantíssima, trabalhar com a questão da regulamentação e também com a regulação. É importante que seja feito, por exemplo, que os rótulos dos alimentos contemham qual a quantidade de açúcar, de gordura, de sal, que quantidade tem e qual a quantidade ideal para o consumo da população. A população tem que ser orientada para isso, ela precisa saber o que está comprando, não pode comprar no escuro ou sem a orientação, sem a informação. É importantíssimo que a gente possa regular isso. Já estão sendo feitas essas discussões, mas é importante que se trabalhe cada vez mais nesse processo de orientação. Outra coisa que julgamos muito importante é a questão de poder trabalhar com a publicidade, por que não fazer a publicidade a respeito dos alimentos *in natura*, dos alimentos minimamente processados? A gente sabe que a mídia, que a empresa, a indústria, o interesse é de vender, só que nós, profissionais de saúde e educação, como sociedade em geral, temos que ter esse cuidado, temos que começar nas mídias sociais, em todas as mídias, a trabalhar com a questão do que é ser saudável, do que é ter direito a uma alimentação saudável. Está tramitando na Câmara agora o PL 2640 que proíbe a duplicidade de alimentos não saudáveis em escolas de ensino fundamental. Já foi aprovado pela CCJ, esse PL é um avanço muito importante na questão da alimentação saudável, do que é ser alimento saudável. Consideramos isso muito importante, acho que tem que ser reforçado e precisa ir adiante, e o PL 1755 também, que é a proibição de venda de refrigerantes na escola. Muitas escolas já estão retirando esses alimentos dos seus bares, e isso é algo que nós precisamos, cada vez mais, intensificar. A escola é fonte de educação. Iniciamos na família, mas é também a escola, em todos os níveis, em todas as instâncias da sociedade, que trabalha a questão da alimentação saudável. Para trazer como referência, o que é importante, uma latinha de refrigerante equivale a 36 gramas de açúcar, que equivalem a 9 colheres de chá de açúcar. Hoje é preconizado pelo Ministério da Saúde 25 gramas de açúcar, que equivalem a 6 colheres de chá. Uma

lata de refrigerante tem 36 gramas de açúcar, o Ministério da Saúde preconiza 25 gramas, e, nesses 25 gramas, estão incluídos todos os açúcares: a glicose, a frutose, a sacarose, que constam, também, de todas as alimentações industrializadas.

O brasileiro hoje consome em torno de 150 gramas de açúcar, enquanto o preconizado é 25, o que equivale a 37,5 colheres de chá de açúcar. É algo que a gente precisa repensar. O refrigerante e os sucos ditos naturais – e que não são naturais – com alta concentração de açúcar são um dos principais vilões da obesidade infantil.

Hoje nós comemoramos o Dia do Nutricionista. Mais tarde, teremos um evento no qual a nutricionista Glaube vai estar presente, aqui na Câmara, em que o dia 31 de agosto, Dia do Nutricionista, vai ser incluído no Calendário Municipal. Isso para nós é um avanço, é uma alegria, a gente fica feliz em saber que a profissão e que o Dia do Nutricionista vão fazer parte do Calendário do Município de Porto Alegre. É importante salientar que o papel do profissional nutricionista é muito importante na questão do direito à alimentação saudável e na promoção da saúde. É a nossa missão a promoção da saúde. Promover a saúde é importantíssimo nos dias de hoje.

O guia alimentar que eu trouxe é algo que a gente precisa trabalhar, todos os profissionais da saúde e educação devem trabalhar, faz parte da sua rotina de trabalho em todas as instâncias, mas é o profissional nutricionista que faz o diagnóstico nutricional e a prescrição dietoterápica. Eu devo, como profissional nutricionista, falar da importância da atividade física, mas não sou eu que, no dia a dia, vou dizer para esse usuário qual é a intensidade da atividade física que ele vai fazer, que tipo de atividade física ele tem que fazer e qual é a frequência. Isso compete ao educador físico. A prescrição de dietoterápica, não só de dietoterápica como essa avaliação nutricional compete a nós, profissionais nutricionistas. Hoje estamos comemorando nosso dia, e para nós isso é muito importante. É muito importante saber que a sociedade, a Câmara de Vereadores pode contar conosco. O Conselho Regional de Nutrição está aberto para todas as discussões que se julgarem necessárias e apoia a promoção da saúde na nossa população brasileira e principalmente em Porto Alegre. Temos orgulho de ser nutricionistas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido a Sra. Angelita Laipelt Matias a fazer parte da Mesa.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadoras, Vereadores, todos que nos assistem. Eu quero cumprimentar a Presidente do Conselho, Sra. Glaube Riegel, a Sra. Angelita Matias, oradora neste momento, a quem fiquei prestando bastante atenção. Eu quero falar sobre a nutrição incluindo o esporte, pois é amanhã o Dia do Profissional de Educação Física. Parabéns pela sua fala. Eu sempre venho nesta tribuna, e há debates aqui sobre a nutrição, que é muito importante para o

nosso País, para as nossas escolas, nossas crianças, jovens, adultos. Esse é um tema muito importante que seguidamente trago para o debate aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Temos que, de alguma forma, estancar o crescimento da obesidade infantil na nossa Cidade e em todo o Brasil. Precisamos nos conscientizar que a prática regular de exercícios e uma boa alimentação são fundamentais para que ocorra uma diminuição dos casos. Comer bem é fundamental, não só para os adultos, mas principalmente para as crianças, que ainda estão em formação. Esse trabalho deve começar nas escolas. É muito importante que, na hora do lanche, os educadores acompanhem as crianças, assim os pequenos terão uma pessoa responsável que ensine o que é saudável e o que não se deve comer. É uma coisa que as crianças vão levar para vida inteira. A prevenção é a melhor forma de cuidar do avanço da obesidade infantil. O Governo Federal lançou, há alguns meses, um programa chamado Saúde na Escola, que proíbe a venda, em cantina escolar, de alimento com alto teor de sódio, açúcar e gordura, além de estimular o combate à obesidade. O programa prevê outras ações para a prevenção de doenças e promoção da saúde. Uma rotina de alimentação saudável desde a infância, aliada à prática de exercício, favorece o perfeito desenvolvimento físico e intelectual, reduzindo os problemas causados por deficiências nutricionais, garantindo uma melhor qualidade de vida no futuro. Hoje, 31 de agosto, comemoramos o Dia do Nutricionista; amanhã, 1º de setembro, é o Dia do Professor de Educação Física, tanto na alimentação como na prática de exercício, uma boa orientação faz toda a diferença. Eu falo isso porque a minha vida, desde os 8 anos, foi esporte – educação e esporte –, e eu convivi, depois, já adulto, com nutricionistas, médicos, professores de Educação Física. Se eu sou o que sou, se eu tenho o que tenho, e a minha riqueza é o meu corpo, é justamente por isso, por saber me alimentar, praticar esporte – assim você vai ter uma vida saudável. Eu quero parabenizar vocês. Eu tenho um projeto na Câmara, está arquivado, retirei esse projeto, mas ainda não conseguimos trazê-lo para votação, que envolve os restaurantes, que ofereçam comida saudável. Porque, muitas vezes, você não tem essa comida saudável e acaba se alimentando mal, e isso, no futuro, trará prejuízos. Eu sei porque, depois que parei de me alimentar saudavelmente, eu adquiri diabetes, o açúcar e o sal são inimigos do ser humano no decorrer da sua vida. Então, essa sua fala aqui, maravilha, que a imprensa, hoje, está falando sobre alimentação.

Eu acho que é o momento de todos nós encararmos a obesidade como um sério problema no Brasil, principalmente em relação às crianças, que aumenta disparadamente. Nós temos os dados sobre isso, é muito forte. A comida é boa? É, mas, no futuro, ela nos traz consequências que, às vezes, não podemos resolver. Obrigado, parabéns por vocês estarem aqui demonstrando para o povo que é importante a comida saudável. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Adeli Sell está com a palavra nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Cara Presidenta do nosso Conselho Regional de Nutricionistas, Glauber Riegel, e Angelita Matias, que acabou de nos dar uma aula sobre m gravíssimo problema que temos no nosso País, que é a obesidade, a começar com a obesidade infantil. Eu vejo que a questão açúcares, sais, gorduras trans é um grande problema e também acho que não basta que apenas tenhamos legislação nos dizendo o que existe no produto, mas que devemos fazer atividades educativas, Ver. Tarciso. Por isso, acho importante que fizéssemos uma pactuação com o Conselho, eu acho que sempre poderíamos fazer um conveniamento – o Mauro é da Mesa Diretora, já foi presidente -, ou seja, vermos uma forma de fazer esse convênio com ações concretas, levando isso a nossa Secretaria Municipal de Educação.

Nós temos que, inclusive, adentrar as creches conveniadas, que têm restrições imensas de recursos e, portanto, todo mundo acha que resolve os problemas enviando bolachas, bolachas e bolachas para as creches comunitárias e para os programas da FASC. Em cantinas de algumas escolas, não adianta apenas a legislação, é muito da conversa. Presenciei num colégio privado aqui em Porto Alegre, numa cantina maravilhosa, de uma pessoa que eu conheço, com sucos, chás, enfim: chegou a mãe e pediu um refrigerante para a criança, e a criança teimou que queria um suco natural, porque tinha para fazer para na hora, e a mãe insistiu, com pressa, que a criança pegasse um refrigerante, para ir embora. Com isso, quero mostrar, Flecha, que é questão de educação.

Eu proponho que o Conselho, por ser uma autarquia, pode fazer um conveniamento muito mais fácil com órgãos públicos, que a gente possa fazer essa pactuação, porque eu acho que o Conselho, além de ser um órgão fiscalizador da categoria profissional, também tem esse papel educativo. Evidentemente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores – estamos aqui eu e o Ver. Aldacir Oliboni neste momento – quer se somar a essa bela luta de vocês. Parabéns! Viva os nutricionistas pelo seu dia e que os outros dias sejam também assim.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde, Presidente; Sra. Glaube Riegel e Sra. Angelita. Fico muito feliz pela presença de vocês aqui. Eu estava bem atento a sua fala, sempre digo que nutrição é tudo. Às vezes as pessoa dizem: “Vamos fazer um regime, come isso, come aquilo, porque a vizinha disse que isso aqui funciona, aquele outro não”. Quem sabe, com certeza, é a nutricionista, por isso a importância de vocês para a sociedade. Para nós é uma felicidade atendê-las, escutar e aprender com vocês, porque a obesidade não é um problema estético, é questão de saúde. A obesidade

prejudica muito ser humano em várias situações. O Ver. Tarciso jogou futebol e sabe que até uma contusão às vezes vem do sobrepeso, muitas vezes o jogador se machuca devido ao seu peso. Agradecemos pelo trabalho de vocês. As pessoas dizem: “Toma isso, não toma aquilo...” “Ah, mas pro meu vizinho deu certo.” E não é assim, cada organismo é de um jeito, mas quem sabe isso, com certeza, é o profissional de nutrição, por isso há consultas com nutricionistas. Se não, a pessoa ia perguntar pro vizinho e saía por aí fazendo regime. Por isso a grande importância desses profissionais. Falo em nome do PSB, no meu nome e do Ver. Airto Ferronato. Agradeço e estamos à disposição. Viva os nutricionistas, sempre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer que os nutricionistas, assim como os corretores de imóveis, são profissionais liberais. Estamos inscritos na Confederação Nacional das Profissões Liberais, e a Maria Terezinha, do Sindicato dos Nutricionistas, nos pediu que incluíssemos, no Calendário Oficial do Município, o Dia do Nutricionista, para o reconhecimento na Cidade. A lei foi aprovada por unanimidade aqui na Casa, Lei nº 12.264 de 2017. Então, hoje, oficialmente, também Porto Alegre faz este reconhecimento muito oportuno, na Tribuna Popular, com o tema Obesidade Infantil. A gente tem que cuidar também da nutrição dos não tão jovens, como o nosso caso. Mas eu quero dizer, com muita alegria, que a minha filha é estudante de Nutrição, um pouco também pela obesidade infantil, pois tivemos que contratar uma nutricionista para orientá-la com a sua alimentação, e ela acabou criando uma amizade com a nutricionista, a Vanessa Leite, e aí foi fazer Nutrição. Olhem que coisa bacana. Nos dias de hoje a gente sabe como é importante esse profissional na orientação das creches, ter um nutricionista nas escolas. O Ver. Adeli falou bem aqui que não dá para empanturrar as crianças com bolachinhas. É bom uma bolachinha recheada, um chocalatinho, as crianças gostam, mas tem que ter cuidado, não é, Vereador? Uma saladinha, uma carne, uma fruta, sabemos o quanto são importantes. Então, também em nome da bancada do PDT, do meu partido, na condição de Líder, venho trazer o nosso reconhecimento a esses profissionais tão importantes, tão valorosos, que tratam de uma área tão importante da saúde, da autoestima, da força de vontade e da determinação, do brilho no olho, dessa questão que também envolve, não só a saúde, mas a estética, e que, no Dia do Nutricionista, hoje, dia 31 de agosto, nos abrilhantam com esta palestra de orientação com relação aos cuidados e prevenção à obesidade infantil. Muito obrigado. Vida longa aos nutricionistas!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Agradecemos a presença da Sra. Angelita Laipelt Matias e Sra. Glaube Riegel, representantes do Conselho Regional de Nutrição. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h50min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro – às 14h51min): Estão reabertos os trabalhos. Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, colegas da Câmara, funcionários, estive aqui visitando a nossa Câmara Municipal um Vereador de Curitiba, acho que não se faz presente. Ele estava querendo conhecer a relação aqui e de uma forma absolutamente espontânea me abordou no restaurante, nem sabia que eu era Vereador. Queria fazer uma saudação a ele, mas pelo jeito não está aqui.

Eu queria comentar, na verdade, hoje, sobre o projeto, Ver. André Carús, e sem nenhum tipo de questionamento à religiosidade ou a influência individual de qualquer um. Eu, particularmente, tenho pessoas na minha família das mais diversas matizes religiosas e respeito todas. Pessoas, inclusive, que trabalham comigo, alguns espíritas, outros católicos, budistas, de religião africana, e eu tenho respeito por todas as religiões. Eu sou daqueles que respeita partidos políticos, pessoas que são apolíticas, que não gostam de política e até aquelas que são contra a política. Mas não posso deixar de falar aqui que tem um projeto, foi o primeiro projeto que apresentei, que é relacionado à questão da morte de animais a partir das religiões. É inquestionável que o Rio Grande do Sul é um Estado em a maioria come carne, e eu pessoalmente ainda não consegui me tornar vegetariano. Fiquei cerca de seis meses sem comer carne, voltei a comer e não quero julgar quem come ou não, nem bater nessa tecla de uma forma absoluta, porque eu sei que a pecuária gera economia, e a gente tem que respeitar e é uma cultura milenar. Mas no meu projeto, que é em defesa dos animais, eu, infelizmente, não consigo trazê-lo para plenário. Ele já ficou na mesa de Vereador, no ano passado, por quase nove meses, e bate especificamente na questão de que os abates dos animais não podem ser de forma brutal e dolorosa para esses animais. E aí não pega só a questão da religião, pega a questão mesmo dos abatedouros, e, infelizmente, a maior parte da população não sabe, mas o abate ainda é feito de forma muito primitiva, ainda com cortes no pescoço dos cavalos, vacas, ovelhas, e lamentavelmente para muitas pessoas isso é normal. E eu, inclusive, convido as pessoas que nunca visitaram um abatedouro para visitarem um abatedouro. A própria Friboi, que é uma das maiores empresas de carne que há no País, e agora também tem essa questão, que também não quero entrar no mérito, com relação à qualidade da carne, chama e contrata carne de

pequenos e médios agricultores, que esses, por uma questão lógica, de economia, não matam da forma dessensibilizada que deveria ser através do tiro no nervo central, que mataria o animal sem dor, a vapor, Matam ainda no facão. Noventa por cento ou mais matam ainda com o facão no pescoço. Locais de abatedouro de porco, por exemplo, é terrível, o bicho chega a agonizar por 15 ou 20 minutos antes de morrer. Isso é 99% das mortes de animais que tem no Brasil. E, lamentavelmente, não tenho como não entrar na questão da religiosidade, que para mim é mais brutal ainda, porque a maior parte da religião africanista, que respeito, trabalha com chás, aromatizantes, mas também matam com dor, como nos abatedouros primitivos, que é através do pescoço. Mas pior ainda que há um campo desta religião, de cerca de 5% a 10%, pelo que eu conversei com as pessoas, inclusive da religião, que não só matam o animal, como jogam na esquina, ou seja, nem utilizam a carne para comer. E é só vocês andarem em qualquer local da Cidade que vão ver galinhas, cabritos, gatos mortos. Nesta noite, recebi uma denúncia na Rua Vicente da Fontoura com a Rua Plácido de Castro...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. RODRIGO MARONI: ...bairro Petrópolis, infelizmente, que muito me chocou, onde dois cachorros que tiveram cabeças e patas arrancadas para fazer um trabalho. Sinceramente, não consigo acreditar que tem alguém que se convença que essas mortes podem ser algo de proteção, algo possível. Eu escuto de algumas pessoas que isso é uma morte onde o animal fica feliz, dá para ver no olhar que o animal fica feliz, que o sangue desse animal é cultuado. Eu, sinceramente, gostaria de acreditar, tanto que eu não acredito e, nada contra mim, tem gente que diz “vou fazer”, pode fazer bastante oferenda contra mim. Eu não consigo acreditar, absolutamente, como um ser humano pode ver uma morte dessas como algo que possa proteger ou gerar amor, lamentavelmente...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Reginaldo Pujol.

O SR. CASSIÁ CARPES: Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro, eu gostaria que a Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas me ouvisse um pouquinho porque eu, naquela oportunidade, não tive tempo – e nós conversamos bastante aqui –, em primeiro lugar, queria parabenizá-las pela atividade, pelo desafio que vocês têm, e que não ser só de vocês. Esse desafio é dos pais, todos nós. É da família, portanto, é da escola, é da sociedade, que tem que se reunir para sentir que esse é um momento de que

nós deveremos perder alguma coisa, para ganhar no futuro. Naturalmente, Ver. Pinheiro, quando se quer delinear, forjar um atleta, ele, em primeiro lugar, tem que ter, com raras exceções, porque tudo na vida tem exceção – muita gente não quer admitir, mas o canhoto é exceção -, geralmente a exceção existe, mas ela é exceção. Está expressão na palavra. Mas o biotipo define se um jovem, está aqui falando quem foi atleta, e que com dez anos ninguém imaginava que eu ser atleta, era o meu irmão que tinha o perfil e o biotipo quem sabe mais adequado, mas eu fui me disciplinando, fui ultrapassando fazes, fazendo também, Adeli, a competição com o meu irmão, com um ano e meio mais do que ele. Ele com mais biotipo para dar certo e com menos biotipo de dar certo, mas ele não tinha o que eu tinha, o profissionalismo, o comprometimento, a causa. E, portanto, a seriedade e a disciplina. O que eu quero dizer com isso? Trazer de que se descobre através do biotipo quem vai jogar basquete, quem vai jogar vôlei, quem vai jogar futsal, quem vai jogar campo, cada um tem um momento. Eu sempre digo, para vocês entenderem, que quando há a transição, por exemplo, do futsal para o futebol de campo, é como os senhores fossem uma moça, uma criança de noive, dez anos, quando ela coloca a chuteira, é como se ela colocasse o primeiro salto alto, ela não se equilibra. O tênis é liso embaixo, e a chuteira tem degraus, que prejudicam o pisar. Então é a mesma coisa. Uma criança que usa o tênis, quando bota a chuteira, é como se estivesse botando salto alto pela primeira vez, não se equilibra em campo.

Eu trouxe este tema para dizer da importância que vocês têm nessa época. Vocês farão a diferença! Mas volto a afirmar: a responsabilidade não é só de vocês. O mundo mudou. Hoje, tem o *bullying*. Naquela época, não era assim. A gente poderia até entender como uma brincadeira, se chamava gozação. A gozação tinha o lado ruim e o lado bom; o lado ruim penalizava, o lado bom, às vezes, alertava. Hoje, é *bullying* pra cá, é *bullying* pra lá, não se pode fazer nada, não se pode brincar.

Então eu entendo, como estava dizendo, que, para tratar essa questão da obesidade, é necessário que a Saúde também vá às escolas – isso se faz muito pouco no Brasil. Deixam tudo para o professor. Não, a família também tem que levar. Se a família come demais, o filho também vai comer demais, ele come conforme a família bota na mesa. A saúde também é importante. Às vezes, ele pode ter alguma característica mostrando que a saúde não está bem. Quem sabe, fazendo um exame... Então eu considero que o desafio não é só de vocês. Vocês são orientadores, mas não vão fazer milagres, vocês vão orientar. A família vai, se quiser corresponder à expectativa, se disciplinar. Todo mundo vai ajudar, mas vai ajudar quem? As crianças, que começam a perder essa capacidade de praticar esporte, de ter autoestima – estão com autoestima baixa. Tudo isso é importante.

Eu quero dizer aos meus colegas que nós também estamos imbuídos de ajudar. Como colocar a responsabilidade só num professor de que ele tem que fazer a prática esportiva, quando, na média, não se tem um professor de educação física por escola? Parece mentira, isso não existe. Algumas poucas escolas têm; outras não têm. Naturalmente, esse é o mal.

Para concluir, quero dizer que vocês têm um trabalho árduo, difícil, mas dignificante, que é conscientizar pais, Saúde, a comunidade escolar, conscientizar os

filhos, no caso de vocês, os jovens, meninos e meninas de 10, 12 anos que podem começar a perder essa característica, esse biotipo, que às vezes é muito importante. Quando a gente diz que uma criança está na escola, ou está numa prática esportiva, não é para ela ser o astro, é para ter auto-estima, melhorar a sua questão na educação, melhorar em todo sentido, na família, no dia a dia, na alegria e que possa sair e frequentar qualquer ambiente. Então há a necessidade, sempre que se pratica um esporte, a pessoa já sai ganhando em outra atividade, porque...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Cumprimos o Ver. Mauro, da Câmara Municipal de Curitiba, que nos visita na tarde de hoje. Seja bem-vindo.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Maristela Maffei que nos visita, sempre Vereadora, preocupada com as coisas Cidade. Vou aproveitar também para fazer uma saudação pública ao líder do Governo, Moisés Barbosa, o Maluco do Bem, espero que V. Exa. consiga fazer a ponte entre esta Câmara e o Governo Municipal com sucesso, porque isso vai ajudar a cidade de Porto Alegre.

Eu quero hoje, neste longo Grande Expediente, tentar fazer uma caminhada pelos últimos meses pela cidade de Porto Alegre. A cidade de Porto Alegre está numa situação bastante difícil; difícil financeiramente. Nós não temos os dados concretos sobre o problema, na dimensão que talvez tenha, mas isso foi apontado no início deste século, nos anos 2000, 2001, pelo então Secretário Utzig, que lembrava que a Prefeitura tinha que mexer na planta de valores e, naquele momento, a Câmara fazia um enfrentamento grande, já era o início do quarto Governo da administração popular – Ver.^a Sofia, Ver. Oliboni, meus companheiros de bancada – a Câmara rejeitou. Agora, nós estamos nessa situação dramática e vamos nos deparar com uma proposição da planta de valores. Nós não faremos o que a oposição na época fez; nós somos uma oposição consequente, nós queremos discutir inclusive com profissionais que sejam mais próximos política e ideologicamente de nós. Ver.^a Sofia, eu tive o prazer de encontrar meu grande amigo Odir Tonollier numa rua, no Centro. Ele foi nosso Secretário e eu sempre digo que foi um grande Secretário porque foi um dos poucos

secretários, inclusive do nosso partido, que conseguiu entender a importância das alíquotas de ISS. Ele teve a coragem de aceitar a diminuição de várias alíquotas de ISS, principalmente sobre serviços, e graças a isso, Porto Alegre aumentou a sua arrecadação e resolveu a dicotomia de os sujeitos terem uma empresa aqui, mas formalmente ser no outro lado do rio. Então, eu acho que isso foi muito importante e eu já levantei na bancada que, como ele e como outros também, nós deveríamos debater a planta de valores. Inclusive eu disse para o Secretário Municipal Leonardo que a gente queria discutir a planta de valores. Falo isso, Ver. Roberto Robaina, porque sei que V. Exa. tem um conhecimento muito grande das questões econômicas e tem a preocupação com a Cidade como um todo e nós queremos interferir como Poder Legislativo Municipal nessa questão tributária. Até tempo há tempos, se dizia que um Vereador não poderia ter iniciativa na área tributária o que não é verdade, isso já caiu por terra há muito tempo. Por isso nós queremos fazer esse debate político até o fim, debatendo com todos os Vereadores, não debater com o Governo, não é debater com a base, não é debater com a oposição; é debater com o Parlamento: 36 Vereadores discutindo o que é melhor para a Cidade. Já aponte aqui que nós não podemos começar com uma alíquota de 0,4, vamos começar com uma alíquota menor. Nós não temos que discutir isenção até 60 mil reais porque isso não é um critério técnico, é um critério completamente aleatório; se fosse até 30 salários mínimos, é o que está na lei que não precisa ter registro. Então, são 30 salários mínimos, mas não vamos começar 0,4, vamos fazer algo simbólico dos 30 salários mínimos até os 100, 150 salários mínimos com 0,2 ou coisa do tipo. Também não vamos aceitar, de jeito nenhum, não ter uma alíquota intermediária dos valores de 500 mil a um milhão, de jeito nenhum. Nós queremos uma alíquota intermediária que pega a grande classe média pagadora. Quero aqui me basear na intervenção do Roberto Robaina sobre os valores acima de um milhão de reais, inclusive os poucos, é verdade, que têm edificações caríssimas em Porto Alegre, aquelas mansões de três, quatro, cinco milhões de reais, inclusive apartamentos. A gente sabe que as torres que serão construídas pela Multiplan ali onde são as cocheiras do Hipódromo vão ter valores de quatro milhões e meio a cinco milhões. Esses têm que pagar o imposto que daí será progressivo em valores, a alíquota será sobre o valor do imóvel para valer. Nessa questão e nesse diapasão é que tem que ser feito o debate. Vejo que o debate aqui é muito limitado quando se trata dessas questões de fundo da Cidade. Nisso, Ver.^a Nádia, é importante que a gente possa, por exemplo, ouvir uma bancada que foi Governo, como o PMDB, que estava no Governo passado, disputou a Prefeitura, tem uma bancada de cinco Vereadores, e um debate com vossa bancada, Ver.^a Nádia, é extremamente importante. Bosco, vossa bancada esteve no Governo, o Fortunati é do seu partido, como é o comportamento de vossa bancada? Queremos fazer, portanto, esse debate, tratar dessa questão dos patamares. Digo mais, hoje, pela crise financeira que temos, Ver. Mauro Pinheiro, V. Exa. é atento a essa questão, nós temos um apartamento no Centro que vale um milhão, só que, se colocar a venda, vai ganhar 650 mil reais. Ou seja, se pode pegar os patamares de venda de mercado, supostamente de mercado, mas tem que ter uma trava no primeiro ano, pelo menos, e um apontamento para discutir no ano que vem a mudança ou não. Se não tiver um desconto de 35% sobre esse valor no

primeiro ano, você não vai pagar o imposto. O imposto vai ficar muito alto. Nós aprovamos ontem, na minha opinião, Robaina, tivemos pequenas diferenças na hora da votação do Refis em um ou dois pontos, mas acabamos aprovando uma legislação boa. São 36 meses, começa com 15%, o cara não pode calotear, pois, se não pagar três meses, cai o acordo, porque não é o pequeno que não vai pagar, é o grande que não quer pagar e que quer jogar. Acho que tem coisas importantes no que nós aprovamos ontem e queremos acompanhar. Só esse Refis vai arrecadar menos de 50 milhões. Nós temos que fazer um Refis do IPTU e, quem sabe, um Refis geral. Nós podemos fazer uma adequação na planta de valores, mas nós temos que facilitar a legalização dos terrenos. Os planejadores atuais, Ver. Oliboni, que pensam a Cidade participativa, a Cidade para as pessoas, com um planejamento estratégico, sabem que tem que se pactuar com o povo, não com as construtoras. Nesse sentido, nós achamos que é preciso usucapir o que é necessário usucapir na Cidade, porque a pessoa tem que ter não só a posse, tem que ter a propriedade. Tendo a propriedade, ela vende, ela aluga, ela pode se utilizar de um direito real conquistado pela medida provisória de dezembro de 2016, pela qual você pode, inclusive, legalizar laje, tem direito de laje. Imaginem isso em termos de IPTU no futuro. Mas não pode chegar e dizer para o cara: “Você, agora, se legalizou, e eu cobro os cinco anos atrasados.”, como a Prefeitura está fazendo.

O Sr. Aldacir Oliboni: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre colega, Ver. Adeli Sell, me chamou atenção a sua fala na medida em que V. Exa. se preocupa com essa questão de que, para algumas camadas sociais, o IPTU se eleva muito, inclusive, pega a classe média. Observando a tabela, a partir de R\$ 500,00, tem um ajuste significativo. Ao mesmo tempo, o Governo não sinaliza com regularizar as áreas, eu diria, em todo o entorno da cidade de Porto Alegre, onde são mais de 500 vilas, 500 comunidades que lutam pela regulação fundiária. Até então, o Governo não sinalizou com nenhum projeto nesse sentido. Uma das coisas mais preocupantes para os cidadãos que moram nessas regiões é ter o título de propriedade, para poder garantir aos seus filhos que ali ninguém vai perturbá-los no futuro. Acho muito importante a sua colocação porque, se o Governo não o fizer, nós temos que instigar para que isso aconteça, porque essa questão – não sei qual a secretaria que ficou a cargo disso – não apresenta, não é criativa, por isso acho que tem que se debruçar sobre esse tema.

O SR. ADELI SELL: Perfeito. Com as Áreas Especiais de Interesse Social, que foi uma legislação que brotou nesta Casa pelo Ver. Décio Schaurén, lei pioneira no País, Ver. Moisés Barbosa, que depois foi adaptada no Estatuto da Cidade como Zonas Especiais de Interesse Social, as ZEIS, mas começou como AEIS do Ver. Décio Schaurén, que foi, portanto, uma vanguarda aqui nesta Casa e no País apresentando essa legislação. Se nós tivermos esse processo de legalização em Porto Alegre, nós podemos fazer usucapião extrajudicial. O novo Código de Processo Civil, nós, em cinco anos, já podemos fazer usucapião extrajudicial, e com uma legislação que apresenta, e a Dilma introduziu, no caso de separação de casais, sejam casados ou em união estável, em ficando normalmente a mulher ela pode, em dois anos, usucapir. Então nós temos uma

condição inigualável para fazer avanços nessa área, só que, para isso, nós precisamos ter uma equipe, e a Câmara de Vereadores deveria designar essa tarefa para a CUTHAB. Eu quero aqui provocar inclusive o Robaina, que está na CUTHAB – não sei qual dos outros Vereadores que está aqui no plenário no momento é da CUTHAB –, para que a gente possa fazer esse debate na Comissão, para que a gente possa dialogar com o DEMHAB e com a secretaria que trata das questões urbanísticas da Cidade, para que nós possamos ter esse processo de legalização, porque aí sim nós vamos recolher IPTU de forma civilizada, democrática, compatível com o que as pessoas têm. Eu não posso fazer *tabula rasa* de um terreno na Vila Nova com um terreno ao longo da Av. Carlos Gomes. Não é apenas uma questão só de valor; áreas onde houve obras e onde há obras em curso, Carús, que elas tenham, sobre aqueles patamares de valores, e aí nós temos que mexer naquela planilha que o Secretário Leonardo trouxe aqui, para fazer um IPTU efetivamente progressivo. Não estão contemplados, portanto, os vazios urbanos, essas grandes áreas onde foram feitas essas obras significativas; então, um terreno que vale 500 na Av. Carlos Gomes, tem que ter um tributo diferenciado de um outro na Vila Nova com o mesmo valor. Eu sei que não é fácil fazer, mas hoje em dia, com a internet, qualquer *software* resolve esse problema. Vocês me perdoem, me desculpem por estar levantando essa questão mais técnico-burocrática, mas esse é o grande debate neste momento na Cidade. É questão do IPTU, é a democratização do acesso a terra, à propriedade, à habitação, com a questão da mobilidade urbana. Quero dizer que não tenho dúvida de que a Bancada do Partido dos Trabalhadores estará atuante na Comissão Especial sobre o transporte coletivo, bem como em todas as outras que houver porque estamos atentos às questões da Cidade. Concluindo, mais uma vez quero me dirigir ao novo Líder do Governo dizendo que estamos abertos ao debate – espero que Vossa Excelência consiga debater com todas as bancadas e que a gente acabe com a dicotomia: situação/oposição, prevalecendo a grandeza do Parlamento da Câmara Municipal de Porto Alegre. Eu trabalho para isso; por isso é um privilégio falar neste período de Grande Expediente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2062/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 007/17, de autoria do Governo Municipal, que inclui o art. 37-A e revoga o parágrafo único do art.

37, ambos da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. **Com Emendas nºs 01 e 02.**
(Extinção da licença-prêmio.)

PROC. Nº 2261/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 011/17, de autoria do Governo Municipal, que revoga o § 4º do art. 113 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que estende às entidades de cultura, recreativas, de lazer e esportivas, sem fins lucrativos, as imunidades consagradas no art. 150, VI, c, da Constituição Federal.

PROC. Nº 2262/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 013/17, que aprova a Planta Genérica de Valores Imobiliários (PGV) para efeitos de lançamento e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) relativo ao ano de 2018, altera dispositivos da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, fixando novo sistema de alíquotas do IPTU, revoga e altera isenções, e dá outras providências. Altera a Lei Complementar nº 312, de 1993, alterando as divisões fiscais para áreas determinadas. Altera o § 2º do art. 1º da Lei Complementar nº 535, de 28 de dezembro de 2005, que estabelece a utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador da Unidade Financeira Municipal (UFM), modificando o período de variação acumulada do IPCA utilizado como base para atualizar a UFM. Revoga dispositivos da Lei Complementar nº 212, de 1989, da Lei Complementar nº 249, de 1991, e da Lei Complementar nº 260, de 1991. **Com Emendas nºs 01, 02, 03 e 04.**

PROC. Nº 0915/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 094/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Praça Encontro das Famílias o logradouro não cadastrado conhecido como Praça Sete Mil e Oitenta, localizado no Bairro Hípica.

PROC. Nº 1832/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 212/17, de autoria do Ver. Adeli Sell, que inclui a efeméride Semana Municipal de Divulgação da Cultura do Povo Tradicional Pomerano no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 27 de janeiro.

PROC. Nº 1854/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 247/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, cria e declara como Área Especial de Interesse Social I (AEIS I) a Subunidade 06 na Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 12 da Macrozona (MZ) 04 e define--lhe regime urbanístico.

PROC. Nº 1867/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 214/17, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que revoga a Lei nº 9.996, de 19 de junho de 2006 – que proíbe o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências de postos de gasolina, estacionamentos e similares localizados no Município, obriga-os a ostentar, em locais

visíveis ao público, cartazes contendo o número desta Lei e os dizeres “proibido o consumo de bebidas alcoólicas” e dá outras providências.

PROC. Nº 1957/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 221/17, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que denomina Beco Theodoro Kowalski o logradouro não cadastrado conhecido como Beco Um – Estrada Armando Inácio da Silveira –, localizado no Bairro Extrema.

PROC. Nº 2081/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 228/17, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que denomina Rua Edgardo Rodrigues Xavier o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil e Vinte e Três, localizado no Bairro Aberta dos Morros.

PROC. Nº 2086/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 229/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Mês de Incentivo ao Aleitamento Materno – Agosto Dourado no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de agosto, em especial na sua primeira semana.

PROC. Nº 1863/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 037/17, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Gelson Santana – presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil.

PROC. Nº 2147/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 041/17, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Dorotéo Oliveira de Abreu Filho, conhecido artisticamente como Dorotéo Fagundes.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2029/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/17, que declara de Utilidade Pública a Entidade Creche Recanto da Criança Feliz.

PROC. Nº 2030/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 010/17, que declara de Utilidade Pública a Entidade Instituto Passos.

PROC. Nº 1702/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 197/17, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Valmor Pedro Vedoy.

PROC. Nº 1756/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 202/17, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor Fernando Christoph D’Andrea.

PROC. Nº 2160/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 043/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede a Comenda Porto do Sol à cooperativa Sicredi União Metropolitana RS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, início em Liderança, Vereadores Oliboni e Adeli, mas, em Pauta, vou falar sobre o IPTU, porque esse assunto merece um bom debate e vale à pena nos aprofundarmos. Em Liderança quero fazer aqui o registro da indignação, da angústia, da incompreensão e da sensação de violência pela qual estão vivendo os funcionários públicos estaduais e municipais, falarei de ambos. No Estado do Rio Grande do Sul, os professores e professoras recebendo no dia de hoje R\$ 350,00 é de indignar, de aviltar, de demonstrar que, de fato, não há nenhuma prioridade com a educação, com o serviço público, porque o servidor está sendo vilipendiado. Não é possível, e eu ontem mostrava uma propaganda enorme do Governo do Estado, página inteira, deste ano. Isso custou muitos mil reais. Então, ao mesmo tempo em que este Governo Estadual parcela o salário dessa maneira aviltante, ele continua mantendo – fizemos ontem o debate – a propaganda – propaganda do Governo do Estado –, gasto de dinheiro público que deixa de entrar no salário, na vida, de quem trabalhou o mês inteiro com afinco, com aplicação, com risco, Comandante Nádia, os que estão diante da segurança recebendo o salário parcelado dessa maneira. E, aqui em Porto Alegre, todas as indicações, todas as análises do *site* transparência mostram que o Município tem recursos em caixa, já foi levantado com o Tribunal de Contas no mês passado, a gente não consegue saber no dia, e o Município parcela o salário. No mês passado, ele parcelou e, dois dias depois, integralizou. Parece que é um jogo de pressão, um jogo de assédio, um jogo de avilte, que não irá colaborar para que o Prefeito Municipal consiga aprovar os seus projetos. Acho eu, Ver. Bosco, que, se esse é o intento do Prefeito, ele não vai conseguir, porque, na verdade, isso está deixando a categoria, Líder Moisés, indignada, disposta à luta, trabalhando com as comunidades nas esquinas da cidade de Porto Alegre. Ontem, era na frente da SMA, era na Esquina Democrática, era no DMAE, era na Ipiranga, era na Restinga, todas as comunidades, as escolas estão indo nos intervalos, para não serem punidas, conversar com a comunidade. Porque as opções de gestão que o Prefeito está fazendo serão deletérias para o serviço público. São opções, nós sabemos que são, porque seguem ocorrendo nomeações de cargos comissionados, prosseguem acontecendo contratos, como o que nós denunciemos, para *coffee break*, e só houve recuo do Governo Municipal pelo escândalo que armamos. Houve uma licitação de R\$ 5,5 milhões para palco, para eventos, que nem foi discutido com a classe artística, porque nós recebemos, nessa terça-feira, os grupos de arte, de música, que têm dívidas desde 2014.

Então, a Prefeitura faz escolhas, sim. Há receita, sim, mensal, faz escolhas e não é escolha de garantir o serviço público de qualidade. Então, é um dia hoje muito

triste, é um dia de luta. No final da tarde, há um ato unificado chamado na frente da Prefeitura para protestar, chamar a atenção do Prefeito Municipal. Se de um lado, ele faz as escolhas mais perversas, que fez com que o próprio Líder do Governo entrasse na Justiça, porque é perverso tirar o direito da segunda passagem gratuita de quem mora mais longe, de quem é mais pobre, para incrementar recursos e ganhos das empresas de ônibus, de outro, o Prefeito aposta na baixa da moral dos municipais e das municipais, aposta no medo do funcionalismo para que não se mobilize, porque o Prefeito sinaliza: “Os salários de vocês estão na minha mão”. É um momento muito dramático e difícil na nossa Cidade, é um momento muito ruim. Se a conturbação que estamos vivendo, que vai desde a ameaça da privatização da água, e aí é a mobilização de todos os funcionários do DMAE, da sociedade, ao lado da precarização do serviço público com os funcionários pedindo para se aposentar, deixando de lado uma história e uma possibilidade de prorrogação do tempo de serviço com toda a qualidade técnica, imaginem o que vai acontecer logo ali na frente, no verão, onde contratos não foram feitos, onde faltará água, onde teremos dificuldades com muitas políticas públicas. Então, é ruim para todos...

(Som cortado automaticamente, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde a todos os colegas aqui, às pessoas que nos acompanham nesta tarde, ao Líder do Solidariedade, Ver. Cláudio Janta; ao Ver. Mauro, no exercício da presidência, a todos os colegas. Eu não podia deixar de passar aqui esta data sem saudar a RBS, que está comemorando 60 anos, conectando os gaúchos, contando as mudanças que vêm acontecendo no mundo, formando a identidade do Estado. Fica o registro aqui do aniversário do Grupo, fundado pelo Maurício Sirotsky, uma data tão importante para a comunicação do Estado, para o povo gaúcho, para todos os lares que são conectados, informados pelos telejornais, por toda a cadeia que a RBS atende. Na data de hoje, eu não poderia deixar de parabenizar esse grupo que ajuda a formar e informar o povo gaúcho.

Gostaria também, aproveitando este espaço, de dividir este novo momento com os Pares e responder aos Vereadores que me antecederam que, sim, temos uma tarefa de dialogar e que a gente conta, sim, muito com a ajuda desta nobre Casa Legislativa para defender os interesses não de segmentos, não de partidos políticos, mas, sim, da sociedade, de 1,5 milhão de habitantes da Capital. Então, se for para o benefício da maioria da população, nós vamos, com certeza, contar com a ajuda de todos os Vereadores, dos mais diversos partidos, para ampliar o diálogo.

Estou aqui – como alguns gostam de replicar, não é, Ver. João Bosco Vaz? –, no meu primeiro mandato, aprendendo cada vez mais com os senhores e com as senhoras. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o Ver. Mauro Pinheiro, demais colegas Vereadores, Vereadoras, público que está acompanhando nossa Sessão nesta tarde. Quero dizer que é de extrema importância termos aqui a possibilidade de ter uma diversidade de pensamento e poder ter a responsabilidade de fazer o papel ou da situação ou da oposição. O Ver. Moisés Maluco do Bem é o novo Líder do Governo, nós temos o maior respeito, embora façamos aqui a discussão sobre os projetos importantes para a Cidade e desejamos bom êxito nesta caminhada na medida em que V. Exa. pode imprimir na Casa um novo estilo de poder dialogar com os Vereadores e com as Vereadoras, porque há a impressão de que, muitas vezes, o Governo não faz isso. A própria base do Governo aqui, alguns Vereadores registraram há alguns dias, alguns meses, que alguns projetos que vinham do núcleo central do Governo não encontravam diálogo nem com a base, imaginem com a oposição. E aí sobra para a oposição, muitas vezes, fazer aquela longa caminhada para poder fazer aqui alguma emenda aos projetos do Executivo. E não será diferente na questão do IPTU, aqui, encaminhada pelo Governo, como também todos os demais projetos que o Governo encaminhou aqui. Creio que um deles que está dando a maior polêmica é o da retirada das isenções do transporte coletivo e mais precisamente a segunda passagem, que foi via decreto. Via decreto! E que levou inclusive a uma posição do ex-Líder do Governo a uma ação judicial, como também fez a oposição. Então, é claro que, num cenário como este, nacional, estadual e municipal, é difícil o dia em que não temos “n” assuntos para abordarmos aqui sobre a conjuntura, seja ela nacional, estadual ou municipal. Mas o que mais mexe com a vida do cidadão, em Porto Alegre, são projetos que vêm do Executivo, do nosso Prefeito Municipal, e na medida em que ele não mantém a política, seja ela na área da Educação, da Saúde, da Segurança, na área da Assistência... Aí vem a manifestação dos Vereadores com relação a isso. Alguns Secretários estiveram aqui e pontuaram o problema ou a crise existente na sua Pasta, na sua Secretaria, mas muitos deles não nos convenceram, porque se observarmos, por exemplo, na área da Assistência, os CRAS e os Cress, na sua grande maioria, hoje, estão fechados. E a política social, nesta nossa Cidade de Porto Alegre, onde a grande periferia é composta de pessoas pobres, pobres mesmo, que precisam do braço do Poder Público, de fato, tem um enorme problema ainda não resolvido, praticamente em oito meses de governo. Este Governo, de fato, está muito lento. Nós ainda continuamos, por exemplo, com as filas nos postos de saúde; o cidadão continua ainda aguardando quatro, oito horas numa emergência ou num posto 24 horas para ser atendido; nós ainda aguardamos dias para

conseguir uma internação na cidade de Porto Alegre. Então, pelo que se percebe, muito pouco mudou, e é preciso que o Governo imprima um passo mais largo, mais depressa, porque, de uma certa forma, hoje, se nós pudermos fazer uma pesquisa de insatisfação ou de satisfação, é muito alta a insatisfação em quase todas as áreas.

Eu creio que, nestes oito meses de governo, não foram impressas novidades boas para a Cidade. Nesse sentido, enquanto Vereador, ocupando o espaço da oposição, em nome do PSOL e do PT, esperamos que o Governo seja mais ágil e tenha um diálogo muito importante com a Casa para poder executar e aprovar projetos importantes para melhorar a vida do cidadão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, está em discussão preliminar de pauta o tema do IPTU. Eu quero levantar algumas questões. Estamos preparando um Pedido de Informações, o estamos elaborando e vamos fazê-lo em nome da bancada, porque entendemos que para fazer uma alteração tão forte como esta que está sendo proposta pela Prefeitura tem que ter um amplo conhecimento da Cidade e das repercussões dela.

Nós temos uma Cidade que é organizada em três divisões fiscais. Os valores do IPTU, como se fossem círculos concêntricos, eles correspondem às divisões fiscais, Ver. Adeli, e há três Divisões: a Divisão Fiscal 1, 2 e 3, sendo que a primeira Divisão, o círculo que seria do meio, a ela corresponde, digamos o IPTU 100, o IPTU máximo; a Divisão 2 tem uma redução de 20%; e a Divisão 3, que é a mais longínqua, de 40%.

Bom, lendo o projeto, a gente vê que há uma alteração do desenho da Divisão 1, 2 e 3, sendo que a Divisão 1, ou seja, o valor cheio do IPTU ainda tem pequenas divisões, pequenos nichos dentro da 2 e da 3, que seriam os núcleos habitacionais mais estruturados e de maior poder aquisitivo. Ora, senhores, se prestarem atenção nas páginas 23, 24 e 25 lá do início, do calhamaço que é a mudança do IPTU, os senhores e senhoras verão que há uma lista e uma alteração do desenho dessas divisões, Ver. Oliboni. Só uma pequena alteração para um lado, quantas ruas e quantos imóveis que de cara terão um aumento imediato, ou seja, perderão 20% de desconto? E lá na 3ª Divisão também de 40%. Então, se pegar o valor que hoje paga de IPTU e alguém mudar da 3ª Divisão Fiscal para a 1ª, ele terá um reajuste no seu IPTU de 67%! Portanto, primeiro, nós não temos, como Câmara, como saber quais os imóveis são atingidos por essa pequena mudança de linha, esse desenhinho que a Prefeitura está mudando, aquele círculo que era assim, está fazendo assim, assim e assim. (Faz gestos.) Porque o que veio nesta Casa foi o valor do metro quadrado por face de quarteirão. Olhem aqui o tamanho dos anexos. (Mostra projeto.) Nós queremos saber, primeiro, que ruas pegam as atuais divisões; segundo, que ruas pegarão as próximas divisões propostas, uma a uma. Estamos formulando esse Pedido de Informações, nossa Bancada

vai fazer. Nós queremos saber os valores atuais desse percentual de metro quadrado por quarteirão no formato que foi apresentado, para comparar o que era antes e como é agora. Mas me chama atenção, porque esse é o início do debate, que lá tem redutor, o Prefeito disse: não, como faz muito tempo que o valor venal não é atualizado, nós queremos saber quem é que foi, afinal, contratado, quem foi que fez atualização dos valores venais. Porque pelo jeito a alteração é enorme, tanto é enorme que o Prefeito faz o quê? Lá na página 27, no artigo 15, ele põe um redutor, ele põe um limite. Mas pasmem, o limite é a 30% do aumento de IPTU. Trinta por cento! Se fosse o PT seria fúria arrecadadora. “É aumento de imposto, PT arrecadador”. Trinta pro cento em 2018, 30% em 2019, 30% em 2020, então é um sobre o outro. Façam o cálculo, dá 120% de aumento. Um imóvel poderá ter...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...Presidente Mauro Pinheiro, essas são algumas poucas evidências de que é um projeto pesadíssimo para arrecadar recursos aumentando imposto da população. E, sinceramente, com isso que veio para esta Casa, não podemos dar esse cheque em branco, porque é isso que em princípio está colocado, uma autorização para o Prefeito mais do que dobrar o valor de IPTU das moradias, das residências da cidade de Porto Alegre, sem nenhuma condição desta Casa dizer se não vai ser atingido sicrano, beltrano, e mesmo quem tem excelentes condições, será que é justo uma prefeitura em três anos aumentar 120% o valor do IPTU? Se isso não é fúria arrecadatória, o que é?

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Não precisarei utilizar os cinco minutos em respeito aos colegas aqui, mas não poderia deixar de responder alguns questionamentos que foram partidarizados aqui na discussão da Cidade e da revisão da planta do IPTU. A gente contrasta dois tipos de manifestações; uma manifestação do Ver. Adeli, que é uma manifestação de esmiuçar o problema tecnicamente, de rever a planta e discutir construtivamente; infelizmente a Ver.^a Sofia, acho que julgando, partidarizando, dizendo: “Se o PT”... Isso não é uma discussão partidária, é uma discussão da Cidade, é uma discussão que nós queremos dividir com os Vereadores, e eu quero dizer de público que, sim, haverá, obviamente, aumentos significativos de alguns IPTUs, que simplesmente, são um absurdo. Não pode ter uma residência na Independência ou em bairros nobres desta Cidade, que pagam R\$ 100 de IPTU, Se tiver com por cento de aumento eles vão pagar R\$ 200 de IPTU. Agora, se a gente for, na

realidade, levar, rotular, usar as palavras para fazer um discurso partidário, um discurso eleitoral para a eleição que se aproxima no ano que vem? Aí não vai dar certo, porque daí eu também poderia usar e dizer o projeto de revisão da planta é para diminuir o IPTU. Porque nós vamos ter vários porto-alegrenses que vão sr beneficiados com o cálculo da planta do IPTU. Nós vamos ter várias pessoas de famílias simples eu vão ter aumentado o número de isenções, senos fizermos uma revisão justa na planta do IPTU, que está há mais de 26 ou 27 anos para ser feita. E aí eu respondo, infelizmente, partidarizando, que inclusive, no Governo do Tarso Genro, do PT, houve uma tentativa do Prefeito fazer essa revisão da planta. E é de esmagadora maioria a opinião: é necessário fazer a revisão da Planta, para corrigir inúmeras e absurdas distorções. E se alguém gostaria de ir ao extremo, nós queremos sim, fazer que os contribuintes que têm mais condições de pagar, que paguem mais, mas o justo, não o abusivo. E os que têm menos condições, que eles tenham talvez isenção ou que eles tenham redução do IPTU. É essa a pauta que nós vamos ter tempo, vamos ter tempo, de conversar aqui tecnicamente com todos os Pares. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CASSIÁ CARPES: Quero saudar o Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, e falar sobre a Pauta, aumento do IPTU. Acho que é bem importante, Ver.^a Sofia, ouvi vocês com muita atenção e ouvi agora o Líder do Governo, mas quero aqui fazer uma retrospectiva, isso é muito importante para nós. Por que eu sou contra o aumento de IPTU? Em primeiro lugar, a última revisão quem fez foi o PT, em 2001; eu era Vereador aqui nesta Casa e votei contra o aumento do IPTU quando o PT quis fazer esse mesmo processo: o aumento progressivo do IPTU, quando o PT quis fazer esse mesmo processo. Ou seja, as mesmas pessoas daquela época estão agora na Fazenda com o mesmo pensamento, Ver. João Bosco! Em 2001, nós não aprovamos. O PT queria fazer, portanto, naquela oportunidade, a correção, o aumento do IPTU através de aumento progressivo. Aqui nesta Casa, há pouco tempo, para vocês que estão nos ouvindo entenderem, deu-se o aumento para a Fazenda no teto do Estado. Os funcionários da Fazenda alardeavam por aqui que iam melhorar as finanças da Prefeitura do Município se aprovassem aquele aumento para o teto do Estado, R\$ 30 mil. Muitos caíram nessa armadilha e votaram a favor. Está aí, qualquer um de nós faria isso: aumentar o IPTU. É simples taxar mais uma vez o contribuinte. Caíram nessa emboscada alguns Vereadores aqui, deram aumento para eles chegarem lá e aumentarem o IPTU. Era assim que eles iam recuperar a Prefeitura? Aí é simples administrar. O que está faltando é gestão e não aumentar tributos.

Naquela oportunidade, lembro bem, em 2001, Ver. João Bosco, foi arguida a inconstitucionalidade do aumento progressivo do IPTU, lembro bem, Ver. Mauro. Então, na realidade, isso não pode. A sociedade está até aqui de dívidas, são impostos

para todos os lados; o Governo do Estado aumentou o ICM, está pior do que estava antes, gente, está aí a prova: está pior do que estava antes de aumentar o imposto. Todos os Estados aumentam, o Rio de Janeiro aumenta isso, aumenta aquilo, não adianta, a sociedade está cheia de impostos. Eu fui pesquisar, onde tem os aumentos progressivos, realmente aconteceram, o contribuinte está parcelando para pagar agora o aumento do IPTU progressivo, porque não tem condições de pagar! Será que o contribuinte é o culpado dessa safadeza, dessa roubalheira no País? É tributo para cá, tributo para lá, isso é uma vergonha. Então, não vai me cair.

Quanto à questão dos clubes, sejam sociais ou desportivos, primeiro, nós queremos saber, como disse o Ver. João Bosco aqui, quantos clubes são, quais são esses clubes. Cada caso é um caso. Sobre os clubes de futebol, já combinamos aqui. O Governo que mande, e a SMIC tem que atuar mais, porque está atuando muito pouco. Se tem uma loja no estádio, não tem nada que dar isenção para loja, que cobra; para estacionamento, que cobra. A SMIC, que dá licença, tem que ir lá dizer “este aqui não pode ter isenção” e fiscalizar. É simples! Que tragam um projeto para esta Casa separando o joio do trigo que nós vamos aprovar! Se lá tem renda através de lojinha, de choperia, isso tem que pagar, isso é comercial.

O que nós estamos falando, Ver. João Bosco, é a área do clube, aquela que serve à sociedade em geral. Os clubes sociais precisam ter essa isenção, porque eles estão penando. Naturalmente, fazem um serviço para a sociedade, seja no esporte, na questão cultural, social. Eles fazem um trabalho, isso tem que ser analisado. Então nós queremos um projeto que nos leve a conversar. Governo que não conversa não vai passar aqui nesta Casa. Dizem que eu sou da base, mas até acho que eu não sou da base. Na realidade, nós já votamos muita coisa boa aqui para o Governo, mas ele não diz, ele chega lá e cobra de nós, agora, que nós temos que votar IPTU. Esta Casa, pelo que eu estou sentindo, não...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. CASSIÁ CARPES: ...Isso é dar uma carta branca ao Prefeito. Se nós entendermos e votarmos a favor do IPTU, nunca mais nós vamos segurar esse freio. É uma carta branca para o Prefeito aumentar impostos quando quiser. Não é isso o que nós devemos fazer. Já saibam que não vão contar com o meu voto, porque é a minha tradição, a minha história, a minha cultura. Não votei aumento de impostos quando fui deputado, não votei aqui na Câmara e justifiquei. Roubalheira, safadeza e aumento de impostos são as coisas mais simples de se fazer em um país para quem não quer, na realidade, fazer gestão. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Muito obrigado. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h51min.)

* * * * *